

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)**

--- Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.15 horas.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, Teresa Isabel Almeida Filipe, Pedro António Mendonça Ramos (em substituição de Maria Manuela Santos Ferreira Cunha), Ana Sofia Fonseca Casebre, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Inês da Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, António Pratas Cardoso, Rui Augusto Nabais, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, Pedro Raimundo Duarte Coelho, António José Rodrigues, Carlos Alberto Salvador Pernes, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Bernardo António Palheta Serra, Sónia Patrícia da Silva Ferreira, Rodrigo António F.A. Rodrigues, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Francisco José Velez Gaspar, José Joaquim Jesus Braz, Vera Cristina Pratas Oliveira (em substituição de Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino), Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Filipe Claro Justino, Artur Fernando Salgado, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Liliana Catarina Barroso de Sousa, Pedro Miguel dos Santos Queimado, Maria Manuela da Guia Núncio Lucas, Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira, Carla Cristina Rodrigues Dias, Albino da Piedade Pereira, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA
LEZÍRIA DO TEJO

Moreira, Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto, Patrícia Cachulo Pote, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Carlos Manuel Neves Leal, João Maria da Silva Travessa Filipe, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Eduardo José Russo Gomes, Rui Manuel Presúncia de Jesus, Manuel Maria Lagos Pedroso, Ana Marta Anacleto Rodrigues (em substituição de Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz) e Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto. -----

---- Apresentaram justificação de falta os seguintes membros: José Francisco Correia Afonso Marouço, Maria Manuela Santos Ferreira Cunha, Maria Manuel Simão, Fernando Manuel Duarte dos Santos, António Pedro Mendonça Vieira, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, António Manuel Silva Arribança e Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz. -----

--- Faltaram à sessão os seguintes membros: Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2 – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2009;-----

--- 3 – Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2009;-----

--- 4 – Apreciação e Votação de Proposta de Alteração do Regulamento Interno da CIMLT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Ana Carla Ferreira Gonçalves (CDU)**, explicando o porquê da impossibilidade da senhora Presidente da Assembleia Intermunicipal estar presente na sessão. Assim, a senhora Vice-Presidente solicitou a um elemento do PS para integrar a Mesa, sendo designada a senhora Deputada Teresa Isabel Almeida Filipe. A senhora Vice-

Presidente lembrou ainda que estava pendente a situação relativa a um dos membros da Assembleia Intermunicipal, que ainda não tinha tomado posse, sendo ele António Pedro Mendonça Vieira. A senhora Vice-Presidente reforçou o que já havia sido mencionado em sessões anteriores, alertando para a possível substituição deste membro, se assim fosse necessário.-----

--- **Período Antes da Ordem do Dia:**-----

--- Estando reunidas todas as condições de trabalho, deu-se início ao Período Antes da Ordem do Dia, começando por ser apreciadas as actas das duas anteriores sessões das Assembleias Intermunicipais. Não havendo declarações por parte dos senhores Deputados, as referidas actas foram submetidas a votação.-----

--- Submetida a votação a acta da sessão da Assembleia Intermunicipal de 14 de Dezembro de 2009, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com duas abstenções devido a ausência na referida sessão. -----

--- Submetida a votação a acta da sessão da Assembleia Intermunicipal de 28 de Dezembro de 2009, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com uma abstenção devido a ausência na referida sessão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, questionando o Conselho Executivo da CIMLT sobre a situação da saúde na região, tema que já tinha sido abordado na última Assembleia. Recordou que a CDU tinha feito uma recomendação, que tinha sido aprovada por unanimidade. Quis, assim, saber que diligências tinham sido feitas junto das entidades regionais pela parte do Conselho Executivo. O senhor Deputado questionou também o Conselho Executivo sobre a situação do IC3, sendo esta uma acessibilidade extremamente importante e urgente, sobretudo devido à preocupação relativa ao transporte de resíduos para os CIRVER, sendo estes equipamentos de âmbito nacional e não só regional. Referiu ainda que pelos jornais sabiam que o projecto tinha sido suspenso, devido às dificuldades económicas. Quis então saber que diligências o Conselho Executivo fez junto do

Governo central, no sentido de não deixar cair este projecto. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que a questão discutida na Assembleia Intermunicipal tinha sido enviada à coordenação dos Centros de Saúde, ficando a promessa de que tudo fariam para minorarem a situação ventilada, mas, referiu o senhor Presidente, os resultados não têm sido muito famosos. No entanto, tratava-se de uma questão em que todos os Concelhos da CIMLT estavam atentos, embora não tivesse havido até à data grande sensibilidade em relação aos lamentos dos senhores Presidentes dos Municípios da Lezíria. Em relação ao IC3, o senhor Presidente do Conselho Executivo referiu que tinham efectuado diligências junto do Governo e dado conhecimento das dificuldades existentes nas travessias entre Almeirim, Alpiarça e Chamusca. Referiu que sentiu da parte do Governo dificuldade em avançar de imediato com a construção do IC3, embora estando este sensível à necessidade de o construir. Lembrou ainda que, muito recentemente, a senhora Governadora Civil, com a ajuda da documentação entregue pelo Conselho Executivo da CIMLT, tinha feito também diligências junto do Governo, referindo a necessidade da construção do IC3. Concluiu dizendo que o Governo não tinha descartado a hipótese de vir a avançar com a obra logo que possível. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, referindo também a questão do IC3, lembrando que se tratava de um eixo rodoviário cuja construção estava prevista há muitos anos. Era, assim, tempo da CIMLT tomar uma posição política bastante forte. Frisou que quem conhecia o traçado sabia da importância fundamental que tinha este eixo rodoviário para o interior do País. Portanto, seria importante que a CIMLT mostrasse à Assembleia Intermunicipal se estava a praticar nesta matéria uma política coerente ou se existiam medidas desgarradas a serem tomadas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, referindo que a sua minha posição e a posição dos senhores Presidentes

das Câmaras de Alpiarça e Chamusca tem sido de perfeita comunhão de ideias em relação ao IC3. Não havia de maneira nenhuma diferenças de opinião.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, apresentando a seguinte Saudação: “A Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida no dia 27 de Abril de 2010, saúda os trabalhadores da nossa região, enquanto força essencial para o desenvolvimento do nosso País. As suas capacidades produtivas sempre foram, são e serão e nossa maior riqueza. Se hoje, comemoramos em liberdade o Dia Internacional do Trabalhador, foi porque muitos homens e mulheres, muitas vezes sob duras condições de repressão e privação da liberdade, assinalaram esta data como sua. Hoje, os trabalhadores em Portugal continuam nas fábricas, nos campos e no mar a lutar pelo emprego, em defesa da economia nacional e dos direitos que conquistaram com o 25 de Abril. Nesta conformidade, a Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, saúda o 1º de Maio e exorta os trabalhadores e a população da nossa região a participar nas comemorações deste dia de luta e festa de quem trabalha”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Maria da Silva Travessa Filipe (PSD)**, referindo que a bancada do PSD via com preocupação a quantidade de folhas e dinheiro que se gastavam no envio de documentação aos senhores Deputados. Assim, o PSD propôs o envio da documentação em PDF e que, posteriormente, por exemplo no que tocava à Prestação de Contas, fosse apenas disponibilizado um exemplar em papel por cada bancada. Quem desejasse receber a documentação em suporte papel poderia requerê-la. Esta seria, segundo o senhor Deputado, uma forma de se poupar algum dinheiro no final do ano.-----

--- Usou da palavra a senhora **Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Ana Carla Ferreira Gonçalves (CDU)**, referindo que o fornecimento dos documentos em suporte papel tem sido o tradicional. Contudo, não via qualquer impedimento regimental ou técnico que, face a um pedido específico de cada Deputado, impedisse esses documentos de serem disponibilizados noutra suporte.

Em relação a disponibilizar um único exemplar por bancada, a senhora Vice-Presidente mencionou que isso não seria tão fácil de concretizar porque a documentação teria que chegar a todos os membros da Assembleia. Essa proposta poderia ser apresentada, desde que tecnicamente fosse possível e fosse feita a pedido do interessado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, dizendo que para o Conselho Executivo era indiferente. Mas era necessário que cada Deputado fizesse saber a forma como a partir de agora pretendia receber a documentação.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Liliana Catarina Barroso de Sousa (CDU)**, alertando para as condições de trabalho, para que a sessão pudesse decorrer de forma mais proveitosa. Segundo a senhora Deputada, eram necessárias condições para manusear os documentos. Questionou o senhor Presidente do Conselho Executivo que medidas tinha já tomado nesse sentido. Lembrou ainda que tinham sido solicitados espaços nas instalações da CIMLT para a eventual realização de reuniões preparatórias dos diferentes grupos político-partidários. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, frisando que na presente sessão se notavam algumas diferenças relativamente a sessões passadas. As cadeiras passaram a ter um braço de suporte para papel. Mas se estas condições fossem consideradas insuficientes teriam que ser tomadas outras medidas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Liliana Catarina Barroso de Sousa (CDU)**, solicitando a existência de mesas para ser mais fácil manipular os documentos. A senhora Deputada passou de seguida a apresentar a seguinte Saudação: “Fez no Domingo passado 36 anos, que reconquistámos a nossa liberdade, depois de 48 anos consecutivos de ditadura fascista. Foi com o 25 de Abril de 1974 que conquistámos a paz, o voto universal para eleger os diferentes órgãos de soberania, o direito ao trabalho e ao salário mínimo obrigatório, o direito à saúde e à educação, o poder

local democrático, a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, independentemente do sexo, ou de outras diferenças físicas, étnicas ou religiosas. Completaram-se no Domingo passado 36 anos, de um longo período ininterrupto de convivência democrática, o maior de sempre dos nossos mais de 8 séculos de História. As portas que o 25 de Abril abriu, contribuíram decisivamente para termos hoje um País mais livre, mais justo, mais fraterno, mais desenvolvido, que aquele que existia há 36 anos. Recordar o 25 de Abril de 1974, traz-nos à memória que persistem em Portugal desigualdades e injustiças sociais que afectam sobretudo as classes mais desfavorecidas. Atenuar e eliminar estas situações é uma luta em que todos nós, representantes da escolha da vontade popular, temos o dever de nos envolver, conjugando vontades e esforços para com determinação vencer esta iníqua realidade, que no momento toma proporções inquietantes. Assim, a Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida em sessão ordinária no dia 27 de Abril de 2010, saúda toda a população desta região que no passado, no presente e no futuro, lutaram, lutam e lutarão pelos ideais de Abril. Viva o 25 de Abril!”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Ana Carla Ferreira Gonçalves (CDU)**, referindo que, em relação às condições de trabalho, os braços de suporte nas cadeiras já constituíam uma melhoria. Contudo, as propostas apresentadas na anterior Assembleia Intermunicipal iam um bocadinho mais além, nomeadamente a existência de mesas. Relembrou também a questão de serem disponibilizados espaços para a eventual realização de reuniões preparatórias dos diferentes grupos político-partidários. A Mesa da Assembleia Intermunicipal disse confiar que seria dada a melhor atenção a estas solicitações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Maria da Silva Travessa Filipe (PSD)**, insistindo na questão relativa à forma como seria enviada a documentação aos senhores Deputados, com o objectivo de diminuir os custos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Ana Carla Ferreira Gonçalves (CDU)**, referindo que, fosse em que suporte

fosse o envio da documentação, ela teria que ser facultada a todos os membros do plenário. Esse envio poderia, no entanto, ser efectuado noutro suporte.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Artur Fernando Salgado (PS)**, associando-se ao 36º aniversário do 25 de Abril. De acordo com o senhor Deputado, possivelmente, se não fosse o 25 de Abril, a Mesa da Assembleia Intermunicipal não seria composta da forma que estava, porque antes do 25 de Abril não se dava igualdade de direitos a homens e mulheres. Lembrou palavras de Natércia Maia e lembrou que devíamos regozijar-nos com a fraternidade e o 25 de Abril e sermos nós a memória para as gerações vindouras. Na opinião do senhor Deputado, havia alguma dificuldade em passar a mensagem de Abril aos jovens, mas Abril faz-se com todos, com as convicções de todos, com o esforço e o labor de todos. Por isso, segundo o senhor Deputado, há que homenagear Abril, os capitães de Abril. Referiu ainda que estavam também com os trabalhadores e fariam tudo para que aqueles que não têm emprego pelo menos tivessem o mínimo de condições de vida.-----

--- Submetida à votação a Saudação ao 1º de Maio, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Submetida à votação a Saudação ao 25 de Abril, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rodrigues (CDU)**, tentando arranjar um consenso em relação à distribuição da documentação das sessões da Assembleia Intermunicipal. Sugeriu que fosse colocado à disposição dos presentes uma folha, onde cada um iria referir em que suporte desejava receber a documentação.-----

--- Usou da palavra a senhora **Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Ana Carla Ferreira Gonçalves (CDU)**, referindo que a Mesa registava a proposta e solicitou que os serviços administrativos fizessem passar então uma folha para que cada Deputado escolhesse o suporte em que iria receber a documentação.--

--- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, solicitando esclarecimentos sobre a actual situação do QREN na região, que tinha um atraso de cerca de 2 anos, e que propostas existiam para ultrapassar as dificuldades. Disse ter dificuldade em perceber o que se passava porque os anexos às actas do Conselho Executivo não constavam da documentação. Assim, pela leitura do relatório e das actas do Conselho Executivo não conseguia perceber em que ponto estava a situação. Solicitou esclarecimento ao senhor Presidente do Conselho Executivo. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, referindo que tinha decorrido uma reunião em Torres Novas com o senhor Ministro da tutela e o senhor Secretário de Estado, em que o Dr. António Torres tinha sido incumbido pela CIMLT e CIMMT de ser porta-voz de todos os Municípios associados das duas Comunidades, mencionando os constrangimentos e aquilo que os senhores Presidente de Câmara não achavam tão positivo na gestão do QREN. Assim, solicitou que fosse ele a ter a palavra.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, lembrando que no dia 5 de Fevereiro as Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo tinham apresentado em Torres Novas ao senhor Ministro da tutela e senhor Secretário de Estado os constrangimentos e os problemas eventuais do QREN. Apresentaram também uma série de sugestões para uma melhor resolução e celeridade em termos de Taxa de Execução. Seguidamente, no dia 12, estiveram nas instalações da CIMLT técnicos que estavam a fazer a avaliação do QREN e a reformulação de todos os Regulamentos, com vista a uma maior celeridade. O senhor Secretário Executivo lembrou que o QREN era de 2007 a 2013. Também por causa do QCA III, que foi prolongado por mais seis meses, o QREN começou muito mais tarde. Assim, foram colocadas algumas questões que foram acolhidas pelo senhor Ministro e pelo senhor Secretário de

Estado e que resultaram num plano de iniciativas que foi assinado no dia 9 de Março no CCB entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo. A primeira iniciativa tinha a ver com os Municípios que no âmbito da contratualização teriam de apresentar candidaturas por exemplo de acordo com avisos. As Comissões de Coordenação davam entre 1 mês a 2 meses para os Municípios apresentarem as suas candidaturas e depois eram avaliadas. Esse procedimento já era assim e portanto não fazia sentido, até porque o programa que tinha maior Taxa de Execução no País era o dos Açores, que tinha um aviso de 7 anos. Na CIMLT já se fazia por um ano. Assim, a iniciativa foi acolhida no sentido de não haver avisos com período temporal limitado, mas sim de haver candidaturas em contínuo. Foi também mencionado, salvaguardando as diferenças e as vontades de cada Executivo Municipal, que não era perceptível que os regulamentos comunitários permitissem aprovações de 85% e houvesse regulamentos que tinham comparticipações na escala de 50% ou 65%, por exemplo, e ao mesmo tempo afirmar que faria todo o sentido dar essa possibilidade aos beneficiários, nomeadamente aos Municípios, de escolherem, dizerem e justificarem a taxa de comparticipação que eventualmente quisessem. Ou seja, quem tivesse capacidade podia ter comparticipações de 60% e quem pretendesse, de acordo com os regulamentos comunitários, podia ter comparticipações a 85%. O Governo considerou que para o ano de 2010 os Municípios teriam a possibilidade de poder aprovar projectos a 80%. Falou-se ainda da excessiva burocratização do QREN, com 70 regulamentos em termos nacionais, dos quais 30 regulamentos são para os PO's regionais, dos quais 16 estão na contratualização. Se todos dissessem a mesma coisa seria mais fácil. Mas uns dizem que as candidaturas têm que ser aprovadas estando em fase de audiência prévia, outros dizem que é numa fase de intenção, outros dizem que é com projecto técnico. O Ministério da Economia acolheu as pretensões dos presentes e daí que tenha uma equipa a estudar os regulamentos. O senhor Secretário Executivo prosseguiu a sua intervenção referindo que a CIMLT também falou com a Associação Nacional de Municípios e teve a possibilidade de

transmitir em Fevereiro de 2010 as suas preocupações. Para além dos Avisos, considerou que na Contratualização não fazia sentido haver avisos, nem fazia sentido haver hierarquização. Essas situações foram todas ultrapassadas. A CIMLT colocou ainda outras questões, como as elegibilidades. No fundo, referiu que os Centros Escolares, com 100 mil Euros por escola, por vezes não faz sentido, dizendo nomeadamente ao Ministro que quem quer fazer Centros Escolares de luxo faz, mas faz às suas expensas. Mas que 100 mil Euros por sala, com materiais que não são nobres, por vezes não chega, mesmo em termos de arranjos exteriores. O que é facto é que na iniciativa, e tal já está publicado, passou de 100 para 130 mil Euros, e os equipamentos por sala passaram de 1000 para 2500 Euros. Em suma, grosso modo, o sentimento foi o de que a preocupação que as Comunidades Intermunicipais da Lezíria e do Médio Tejo transmitiram em Torres Novas ao senhor Ministro, grande parte delas foram acolhidas e já estão vertidas há cerca de uma semana em termos dos regulamentos. Uma das iniciativas é a 16, que tem a ver com reuniões periódicas com o senhor Secretário de Estado e com a Associação Nacional de Municípios. O senhor Secretário Executivo informou que no dia seguinte estaria com o senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMLT numa dessas reuniões periódicas com o senhor Ministro e com o senhor Secretário de Estado, em conjunto com as 23 Comunidades, para fazer os pontos de situação da Contratualização, numa postura de discutir aquilo que está a correr bem e aquilo que pode ser melhorado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, felicitando em primeiro lugar o trabalho do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, pela elaboração de um tronco comum de um Regulamento Municipal do Urbanismo e Edificação, conforme a análise que tinha feito ao Relatório de Actividades da CIMLT. Segundo o senhor Deputado, era uma iniciativa de felicitar e que poderia ser uma matriz para que os Municípios pudessem seguir uma orientação na elaboração dos seus próprios Regulamentos Municipais. Já que existia este grupo de trabalho, o senhor Deputado sugeriu que este pudesse desenvolver um documento, que poderia

intitular-se de “Guia do Munícipe”, bebendo um pouco da experiência Câmara Municipal de Santarém. No fundo não seria mais do que uma adaptação para uma linguagem que fosse facilmente perceptível pelo munícipe, relativamente à quantidade de procedimentos administrativos com que todos se deparavam quando se dirigiam ao Município. Segundo o senhor Deputado, este documento teria um carácter mais prático e que poderia ser aplicado com um conjunto de explicações e indicações. Lembrou ainda que o documento que o Município de Santarém tinha desenvolvido seria um bom documento de trabalho para servir de base à proposta que ali deixava. Relativamente às actividades do Laboratório de Ruído, o senhor Deputado disse ter verificado, na alteração do regulamento da CIMLT, que existia uma proposta da nomeação do responsável da qualidade e do responsável técnico, por proposta do senhor Presidente do Conselho Executivo. Na opinião do senhor Deputado poder-se-ia também, uma vez que se tratava de um laboratório para todos os Municípios da Comunidade, avaliar a questão curricular de quem estava a ser proposto. Tanto mais que se verificava no Relatório de Actividades da CIMLT que a responsável da qualidade já tinha tido aquela formação, uma norma que a habilitava à acreditação do Laboratório. Portanto, formar primeiro para nomear depois, na opinião do senhor Deputado era claro aqui quem seria escolhido. Assim, de acordo com o senhor Deputado, sendo um laboratório que prestava serviço a todos os Municípios, poderia haver uma apreciação curricular a mais do que uma pessoa. Para além disso, disse verificar a CIMLT tinha feito seis medições de ruído no primeiro trimestre. O senhor Deputado questionou a rentabilidade do serviço, embora entendesse que era necessário prestar aos Municípios associados todo um conjunto de serviços neste âmbito, uma vez que eram frequentes algumas reclamações decorrentes do licenciamento de actividades em que não foram acauteladas algumas questões do ruído. Disse entender que, se tal era uma aposta, então a CIMLT deveria liderar este processo, porque nota-se uma grande carência de formação técnica neste âmbito dos técnicos dos Municípios. O senhor Deputado prosseguiu a sua

intervenção mencionando a adjudicação da delimitação das zonas mistas e sensíveis a uma entidade externa, bem como a adaptação dos mapas de ruído que já estavam feitos anteriormente, mas decorrente da nova legislação precisaram ser alterados. Disse compreender que, tendo em conta o número e quantidade de mapas de ruído existentes na Lezíria, efectivamente este era um trabalho bastante extenso, mas deixou um apelo para que a CIMLT liderasse este processo do ruído, encarando-o como uma preocupação. Ou seja, não só adjudicando como o fez, mas também que os próprios técnicos do Laboratório tivessem uma presença mais activa de formação nas Câmaras. Voltou a mencionar o número de medições de ruído e considerou que ficava um bocado aquém seis medições em três meses, embora compreendesse que, com certeza, os técnicos tivessem estado a tratar de toda a questão da acreditação, que terminava a 17 de Maio. Nessa matéria, quis saber como estava a candidatura. Se já tinham submetido à apreciação ou não. Ainda sobre o Relatório de Actividades, no que diz respeito ao senhor Secretário Executivo da CIMLT, na opinião do senhor Deputado a descrição das actividades não lhe permitiam aferir o grau de concretização das mesmas, embora tivesse à disposição a consulta das actas. Segundo o senhor Deputado, as participações em reuniões pareciam bastante vagas e, mesmo com a consulta das actas, poderia ser dada uma maior concretização às mesmas. Referiu que, com certeza, haveria muito trabalho envolvido, mas salientou que, caso não houvesse, existiria folga para desenvolver um outro trabalho ao mesmo tempo. Questionou se seria esse o espírito que estava implícito nas novas funções do senhor Secretário Executivo na empresa Águas do Ribatejo, mas queria acreditar que não. Disse querer acreditar que todo o trabalho referido no Relatório de Actividades estava apenas deficientemente redigido, não mencionando o real trabalho envolvido e, portanto, esse trabalho absorveria todo o tempo do senhor Secretário Executivo e não lhe deixaria tempo para assumir novas funções, designadamente numa empresa com as dimensões das Águas do Ribatejo, que está numa fase de arranque, o que implica todo um processo de constituição, de

procedimentos, de trabalho e definição de estratégias, portanto na altura máxima de trabalho. Conjugando com o que via no Relatório de Actividades, o senhor Deputado disse entender que haveria espaço para ter outra actividade. Se calhar assim seria.----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, referindo que a última intervenção tinha trazido um conjunto de sugestões que a CIMLT iria tentar pôr em prática, no que dizia respeito quer ao Regulamento de Edificação e Urbanização quer ao Laboratório de Ruído. Em relação ao conjunto de actividades que enumeradas no Relatório de Actividades e executadas pelo senhor Secretário Executivo, de acordo com o senhor Presidente as mesmas já eram tantas que provavelmente muito pouco tempo livre lhe deixariam no desempenho das suas funções como Secretário Executivo da CIMLT. Para além disso, não estava focado no Relatório de Actividades um conjunto de outras actividades que ocupavam ainda muito mais tempo, sendo este o tempo que era passado dentro das instalações da CIMLT ao serviço de cada um dos Executivos. O senhor Presidente referiu que o contacto do senhor Secretário Executivo era permanente com cada um dos Presidentes de Câmara no esclarecimento e no acompanhamento das dificuldades que cada uma das Câmaras tinha, sobretudo na relação com a gestão do QREN que era bastante complexa nas mais diferentes variáveis e em que o Dr. António Torres era especialista, quer no desempenho das funções práticas em termos das candidaturas e de toda a gestão do QREN, quer nas relações com as entidades exteriores que ele costumava fazer em representação de cada um dos Municípios que constituem associados da CIMLT. Portanto, o seu tempo ao serviço da CIMLT era amplamente ocupado, para além do seu tempo normal de trabalho no desempenho das suas funções enquanto Secretário Executivo da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo-se à informação que era entregue aos senhores Deputados e dizendo que a informação era muita, mas o conteúdo era pouco. Existia uma enumeração de factos no Relatório de Actividades, mas os factos em si de algum modo escapavam a quem

lia o Relatório. Referiu ainda que não era a remição para as actas que o satisfazia, porque as actas eram sintéticas e remetiam para documentação anexa que não era fornecida e que eventualmente poderiam esclarecer sobre algumas matérias. Por isso, apelou para que pudesse ter informação com mais conteúdo, que permitisse perceber melhor a actividade que era desenvolvida pela CIMLT. O senhor Deputado quis também saber porque tinham recebido o Relatório e Contas de 2009 da Município, SA. Quis saber se a CIMLT tinha alguma participação nesta empresa. Solicitou também que fosse disponibilizada informação de todas as empresas em que a CIMLT tinha participação. Por último, o senhor Deputado colocou uma questão sobre a Sociedade de Reabilitação Urbana, empresa que estava a ser constituída. Via que a SRU estava em fase de arranque e entretanto no Relatório de Actividades era referido que iria ser feita uma contratação de serviços, recorrendo ao ajuste directo, para o estabelecimento de 17 projectos de delimitação das áreas a reabilitar. O senhor Deputado disse não ter conseguido perceber a relação desta empresa que iria ser constituída e o ajuste directo ao qual tinha recorrido a CIMLT, para a delimitação das áreas de reabilitação urbana.-----

--- Usou da palavra a senhora **Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Ana Carla Ferreira Gonçalves (CDU)**, lembrando que o senhor Deputado Eduardo Gomes do PSD tinha solicitado durante a última intervenção a formulação de pedido de esclarecimento. Contudo, era entendimento da Mesa da Assembleia Intermunicipal que ele deveria ocorrer no final das intervenções dos senhores Deputados, para prosseguir a normal condução dos trabalhos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, referindo que era discutível o modo de elaborar o Relatório de Actividades, que eram actividades correntes da parte executiva da CIMLT. Tanto poderia ser uma enumeração exaustiva daquilo que se passava no desempenho de todas as funções da CIMLT, como poderia ser um relato muito mais sucinto das actividades em geral, sendo que uma ou outra actividade poderia ser mais

pormenorizada. Questionou qual seria a forma mais desejada pela Assembleia, mas eu fiz de qualquer forma uma sugestão. Sugeriu que quando fosse distribuído o material a cada um dos elementos da Assembleia, se houvesse um ou outro ponto do Relatório de Actividades que algum Deputado pretendesse ver com mais pormenor, este pudesse formular essa proposta directamente à CIMLT. Assim, no dia da Assembleia estaria na sessão uma informação mais pormenorizada sobre esse ponto do Relatório de Actividades. Em relação à Sociedade de Reabilitação Urbana, referiu que era uma questão que já se vinha discutindo desde o mandato anterior. Adiantou que a SRU estava naquele momento constituída com os Municípios de Coruche e Santarém, porque tinham a delimitação da sua área crítica mais avançada. Portanto, foram os dois Municípios que avançaram desde logo para a constituição da SRU, sendo que todos os outros iriam aderir logo que tivessem toda a documentação aprovada pelos Executivos e Assembleias Municipais. Portanto, a SRU era já um facto concreto, que iria ser alargado a todos os Municípios, logo que aprovados em cada uma das Câmaras. Em relação à Município, SA, explicou que era realmente uma empresa participada pela CIMLT. Pediu entretanto autorização para dar a palavra ao senhor Secretário Executivo, para este dar mais pormenores sobre estes variados assuntos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, considerando, em primeiro lugar, que o Relatório de Actividades da CIMLT espelhava de uma forma muito descritiva aquilo que a Comunidade Intermunicipal fazia e que, na sua opinião, o problema estava na actividade do Secretário Executivo. Referiu que o Relatório de Actividades poderia levar à interpretação de que o Secretário Executivo desde Janeiro até ao dia 31 de Março tinha trabalhado 11 dias. Explicou, por isso, que a única coisa a que tinha dado destaque no Relatório de Actividades era às reuniões mais importantes que tinha tido. No entanto, poderia descrever dentro das reuniões mais importantes todos os pormenores, para todos saberem o que se passou. De qualquer forma, prosseguiu

dizendo que tinham no Relatório de Actividades todas as actividades que a Higiene e Segurança tinha feito, todas as candidaturas analisadas, os números dos pedidos de pagamento, todas as medições de ruído, todas as acções de formação. Portanto, frisou mais uma vez que o problema teria um pouco a ver com o discriminar da actividade corrente do Secretário Executivo e explicitar melhor as reuniões mais importantes. Relativamente às participações de empresas, referiu que a CIMLT só tinha participação na empresa Municípi, SA. Daí que em termos de Relatório e Contas a CIMLT tivesse que apresentar as contas da sua participação. Relativamente ao Laboratório de Ruído, explicou que a CIMLT tinha dois técnicos que já trabalhavam na área há seis anos, que faziam este trabalho e uma série de outras coisas dentro da CIMLT, para além do ruído. A CIMLT iria acreditar-se, para continuar a prestar esse serviço. A outra opção seria a CIMLT contratar uma empresa privada para prestar esses serviços aos Municípios, mas chegou-se à conclusão em termos de Conselho Executivo que valia mais apostar no know-how consolidado que a CIMLT já tinha, porque os custos com a acreditação do laboratório eram inferiores a uma prestação de serviços que eventualmente a CIMLT fizesse com uma empresa privada. Prosseguiu dizendo que no ano de 2009, a CIMLT tinha feito cerca de 30 medições de ruído e se tivessem sido aplicados os custos que as empresas privadas praticam sairia mais caro à CIMLT do que apostar na acreditação do Laboratório e das duas pessoas que lhe estavam afectas. Prosseguiu referindo que os técnicos da CIMLT faziam medições às cinco ou seis da manhã, a qualquer outra hora, e que portanto era um know-how que estava desenvolvido na CIMLT e que, fazendo a avaliação técnica e de custos, parecia ser mais viável continuar com este serviço e apostar na formação dos dois técnicos para prestar serviços não só aos munícipes, mas também, quiçá, num futuro próximo, poder prestar este serviço a outras entidades ao nível do ruído, fora da vertente dos Municípios, com um eventual regulamento de taxas e tarifas que a CIMLT possa prestar a outras entidades. No que toca à SRU, o senhor Secretário Executivo explicou que existiam no passado as ACRRUS dos Municípios delimitadas,

era necessário um novo enquadramento estratégico, existia já um Estudo de Viabilidade que foi a Santarém e a Coruche, mas a legislação mudou. Depois disso, foi entregue o novo enquadramento estratégico, o novo Estudo de Viabilidade das ACRRUS, agora ARUS, os Municípios de Santarém e Coruche entraram com o capital em 2009 e os restantes nove iriam entrar com o capital em 2010. O senhor Secretário Executivo adiantou que a documentação estava toda pronta e estava naquele momento a decorrer uma consulta aos restantes nove Municípios para estes dizerem como iriam subscrever o Capital Social, sabendo eles que poderia ser 80% em espécie e 20% em dinheiro. Portanto, ou indicavam prédios ou terrenos dentro das ARUS. Seguidamente, um Revisor Oficial de Contas faria a avaliação desses prédios, e no final, reunida toda a documentação, a mesma iria aos órgãos executivos e deliberativos das respectivas Câmaras: o novo Estudo de Viabilidade, os Estatutos, o Protocolo, as ARUS, o Capital Social a entrar. Após a deliberação dos Executivos e Assembleias Municipais, os restantes nove Municípios estariam, segundo o senhor Secretário Executivo, em condições de entrar na SRU e a SRU ficaria assim com onze sócios. O senhor Secretário Executivo terminou dizendo que a CIMLT estava a trabalhar nas Áreas de Reabilitação Urbana, tendo identificado todos os edifícios que seriam para recuperar, números de polícia, ruas e estava em reuniões com a Direcção Geral de Finanças para obter os nomes dos proprietários dos respectivos imóveis, para que a SRU pudesse começar a entrar em contacto com eles e a desenvolver trabalhos no sentido da reabilitação dos imóveis que lhe pertencia.----- -

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, dizendo não ter qualquer problema com o Relatório de Actividades nem com o senhor Secretário Executivo ter ou não trabalhado muito. Nem lhe competia estar a controlar o trabalho que executou ou não. Na opinião do senhor Deputado, o problema era a falta de informação fornecida, necessária para perceber o que se passava e para que os senhores Deputados pudessem fazer juízos de opinião e intervir na Assembleia. Voltou a referir que as actas remetiam para documentos aos

quais não tinham acesso, documentação que era importante e relevante. De acordo com o senhor Deputado, essa documentação deveria chegar à mão dos senhores Deputados, para que pudessem organizar as suas intervenções na Assembleia.-----

--- Usou da palavra a senhora **Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Ana Carla Ferreira Gonçalves (CDU)**, solicitando que se complementasse as actas com a documentação anexa e que a mesma fosse fornecida, uma vez que a documentação fazia parte integrante da acta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Manuel da Silva Moreira (PS)**, referindo ter compreendido o que o senhor Presidente do Conselho Executivo tinha dito em relação aos esclarecimentos que os senhores Deputados deveriam pedir para verem satisfeitas algumas das suas curiosidades. Tinha também entendido que seria depois combinado de forma mais ou menos formal sobre quem forneceria essa documentação e o que seria fornecido. Saudou as melhorias substanciais do último Relatório de Actividades, em relação ao anterior, em termos de especificação das tarefas e dos conteúdos dessas tarefas, embora concordasse de alguma forma que para quem não conhecia o que lá estava era mais difícil adivinhar o que se tinha passado. Em relação aos procedimentos que constavam das actas e que tinham a ver com as reuniões do Conselho Executivo, relativos a procedimentos de aquisições, e sem querer levantar aqui falsos demónios, o senhor Deputado disse verificar que o Conselho Executivo optava muitas vezes pela adopção do Ajuste Directo. E não só optava por essa acção, como optava pelo Ajuste Directo a uma única entidade. Assim, o senhor Deputado solicitou que nesses casos, devidamente justificados, houvesse nas actas uma declaração da justificação dessa situação, bem como uma identificação bem precisa da entidade a convidar. Deu o exemplo de uma entidade que tinha visto e que não sabia qual tinha sido o valor do ajuste directo e não podia saber quem era esta entidade. Disse ter andado à procura e não tinha conseguido encontrar informação. Portanto, julgava que para uma boa transparência dos procedimentos, e sabendo de antemão que tudo é sufragado por todos os membros do Conselho

Executivo, seria muito bom ter acesso a essa informação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que cada Ajuste Directo que ia ao Conselho Directivo levava a respectiva Informação e a justificação por que se devia fazer. O senhor Secretário Executivo disse concordar que todos os documentos anexos às actas fossem também distribuídos. No entanto, lembrou que no Relatório de Actividades estavam todos os Ajustes Directos que a CIMLT tinha feito. O que se podia era, a bem da transparência, transmitir a todos os senhores Deputados as informações que iam às reuniões do Conselho Executivo a justificar o Ajuste Directo e que ficavam anexas às actas. Agora, as adjudicações por Ajuste Directo estavam espelhadas quer no Relatório de Actividades, quer na plataforma.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Manuel da Silva Moreira (PS)**, dizendo não conseguir saber, através da leitura da acta, nem qual é o valor do Ajuste Directo, nem a que correspondia. Era isso que gostaria de conhecer.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rodrigues (CDU)**, mencionando o grupo de trabalho no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. O senhor Deputado disse ter conhecimento deste grupo de trabalho, até por razões profissionais e em consequência de acções de formação que tinha ministrado na CIMLT a vários técnicos municipais e pessoal administrativo. Disse saber que tinham andado a trabalhar na intenção de criar um formulário que fosse comum a todos os Municípios da zona. Disse saber disto há mais de dois anos, mas queria parecer-lhe que o que estava em causa era um formulário que tinha mais a ver com as competências de técnicos para assinarem projectos urbanísticos. Isto em termos da Legislação mencionada. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, referindo com mais algum pormenor uma alteração que tinha entrado em vigor 2 ou 3 meses antes. Referia-se ao PROT do Vale do Tejo e Oeste que, segundo o senhor Deputado, tinha vindo criar dificuldades consideráveis na área de todos os Municípios. Referindo o caso do Município de Azambuja, disse que era permitida, no âmbito do PDM de

Azambuja, a construção em propriedades rústicas até no total máximo de 3% da área total do prédio, o que permitia que numa propriedade que tivesse 5 mil metros quadrados se pudesse construir uma habitação até 150 metros quadrados. Isto em prédios rústicos, em freguesias rurais permitia economias familiares. Se tivessem possibilidades de construir, como tinham a sua habitação dentro da área do prédio rústico tal possibilitava aos proprietários retirar mais alguns rendimentos da sua propriedade rústica, fazendo pequenas hortas e tratando de animais. Isto multiplicado por ano a nível nacional, sobretudo a nível dos Municípios rurais e com normas deste tipo existentes nos PDM's permitia à escala nacional criar mais riqueza para este País. O senhor Deputado prosseguiu lembrando que antes de entrar na União Europeia, Portugal produzia cerca de 70% dos produtos agrícolas que consumia. Actualmente produz entre 15 a 16%. Com esta alteração imposta nos PDM's através do PROT, só se permite construções em prédios que tenham pelo menos 4 hectares. O senhor Deputado deu o exemplo da freguesia de Manique do Intendente, no Concelho de Azambuja, onde 98% dos prédios rústicos têm menos de 4 hectares. Disse saber que tudo isto era discutível em termos dos técnicos da área do urbanismo e em termos de alguns Executivos Municipais. Mas os agregados urbanos mais dispersos implicariam mais custos em termos de distribuição de água, de distribuição de electricidade, de regulamentos, etc. Na opinião do senhor Deputado, isto era apenas uma parte da verdade, porque em termos de construções em propriedades rústicas, de uma maneira geral os interessados não estavam interessados em requisitar água à Câmara Municipal. E se queriam electricidade pagam as baixadas à EDP. E se queriam ter saneamento básico ou esgotos, de uma maneira geral tinham possibilidades de ter fossas sépticas para viverem. Lembrou, entretanto, o arquitecto Ribeiro Telles, um dos melhores cérebros da área do urbanismo, que não se cansava de defender que Lisboa devia ter menos jardins, que consumiam água e outros produtos dispendiosos, e devia ter mais hortas onde os trabalhadores por conta doutrem, com ordenados baixos, pudessem de alguma

forma complementar os seus rendimentos. O senhor Deputado sugeriu apresentar, mais tarde, na Assembleia Intermunicipal um documento escrito para que os técnicos da CIMLT pudessem debruçar-se sobre isto e pudessem encontrar soluções alternativas. Outro aspecto mencionado pelo senhor Deputado teve a ver com uma alteração profunda que houve no RJUE. Entrou em vigor nova Legislação cujas alterações, na sua opinião, não trouxeram melhorias nenhuma aos principais artigos que pretendia esclarecer. Nalguns artigos, o legislador procura definir com algum rigor as formas do controlo urbanístico: o que é o licenciamento, o que é a comunicação directa, o que são as obras de isenção, mais exactamente aquelas obras de escassa relevância urbanística. Mas na vez de melhorar lançou mais confusão para a interpretação dos técnicos que têm que analisar os processos nas Câmaras Municipais, porque, segundo o senhor Deputado, o legislador não foi cuidadoso, continua com remissões de artigo para artigo e ninguém se vai entender em relação a isto. De acordo com o senhor Deputado, esta situação tem muito que se lhe diga porque o RJUE parece que foi importado de países nórdicos por um escritório de advogados que teve esta incumbência de o fazer. Não tem nada a ver com o modo de vida dos portugueses. Depois, ainda pior, na opinião do senhor Deputado, colocaram advogados estagiários a fazer as traduções e os articulados. Segundo o senhor Deputado, os grandes mestres dos escritórios perdem pouco tempo com estas questões e depois deixam escritas asneiras como “as cauções, para servirem de garantia para as obras de urbanização devem ser depositadas à ordem das Câmaras Municipais”. Isto é, segundo o senhor Deputado, um autêntico atropelo à Lei. Se assim fosse, a Câmara Municipal acabaria o mandato, repartia as cauções entre os eleitos e levava-as para casa. O senhor Deputado terminou a sua intervenção dizendo que ninguém faz isto, mas o que devia estar escrito era que “as garantias deviam ser colocadas à disposição dos Municípios”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, dizendo que as questões levantadas tinham toda a razão de ser, mas

também havia outras pessoas que defendiam uma posição que não era bem coincidente com aquela. Referiu que em relação à questão da possibilidade de construção em áreas rústicas, os PDM's já davam a possibilidade de construir em áreas rústicas em determinadas condições e dentro de determinadas percentagens. Isso ajudava às vezes a resolver a construção do próprio ou de um filho, de pessoas que tinham dificuldade em adquirir terrenos. Agora, com esta determinação do PROT dos 4 hectares, o senhor Presidente referiu que a posição de todos os autarcas com quem tinha contactado era a de não contestarem muito veemente porque havia realmente opiniões que defendiam aquela teoria. Mas na verdade muitos confessaram em conversa informal que isto seria um grande problema. Por em vigor aquela medida era realmente um quebra-cabeças para qualquer Presidente de Câmara. O que era facto é que já estava em vigor, visto que a adaptação dos PDM's ao PROT já era obrigatória. Portanto, o único comentário que poderia fazer era que naquele momento já não iam poder contrariar aquela medida e iriam ter que adaptar os PDM's a ela, quando fossem revistos e tornados definitivos. Terminou frisando que esta era uma questão demasiado controversa e nada pacífica para os Presidentes de Câmara.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, dizendo que na intervenção que tinha feito nunca tinha posto em causa o trabalho desenvolvido pelo Dr. António Torres na função que exercia. Apenas quis referir que aquilo que era transmitido pela descrição do Relatório de Actividades, mas que parecia ser facilmente resolvido. Lembrou ainda a intervenção do senhor Presidente do Conselho Executivo, quando disse que o tempo de trabalho do senhor Secretário Executivo era amplamente ocupado para lá dos seus limites no desempenho das suas funções. O senhor Deputado referiu que era exactamente aqui que residia a sua dúvida. Numa altura em que estava a arrancar a empresa Águas do Ribatejo e em que o Dr. António Torres tinha as suas funções completamente absorvidas como Secretário Executivo da CIMLT, questionava se ainda existia disponibilidade para

agarrar no desafio das Águas, que estava na sua força máxima. Congratulou o senhor Secretário Executivo por isso, não deixando em todo o caso de questionar se não haveria uma outra solução.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, dizendo que tinha tempo para a família, que valorizava imenso. Tinha também tempo para a CIMLT e para trabalhar em consultadoria nas Águas do Ribatejo. Ocupava 100% do tempo na CIMLT e fora do horário de trabalho fazia as outras coisas. Mas frisou que não valia a pena ser-se hipócrita. Referiu que se tivesse que fazer uma chamada para as Águas durante o horário de trabalho da CIMLT, que o faria. Não tinha problemas nenhuns em dizê-lo. Seria mentira se não o dissesse. Se estivesse em questão arranjar um financiamento para as Águas do Ribatejo, para a qual tinha sido contratado com consultor, e se tivesse que fazer uma chamada telefónica às 3 da tarde, perderia 5 ou 10 minutos de trabalho da CIMLT, mas se fosse preciso sairia da CIMLT às 19h30. Relativamente ao Relatório de Actividades, explicou que ele sempre foi feito assim e reconhecia que as actividades da CIMLT estavam muito explícitas, mas as minhas actividades do Secretário Executivo tinham as reuniões mais importantes e eram apenas um sumário. Assim, iria passar a referir as reuniões de forma mais pormenorizada. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, mencionando que o senhor Secretário Executivo tinha sido contratado para assessor das Águas do Ribatejo por todo o passado que ele tinha em termos da própria constituição da empresa. Explicou que o senhor Secretário Executivo tinha vivido toda a história da constituição da empresa, tinha estado na base da sua constituição e fê-lo com muita competência. Prosseguiu dizendo que existia no regulamento das Águas do Ribatejo a previsão da criação de um gabinete estratégico e de inovação e a empresa entendeu que o conhecimento que o senhor Secretário Executivo da CIMLT tinha da dinâmica das Águas era currículo suficiente para ser contratado para trabalhar neste gabinete. Questionando se teria sido a solução mais

económica referiu que estava convencido que se a Administração das Águas do Ribatejo contratasse no exterior esta prestação de serviços era com certeza bem mais dispendiosa do que contratando o senhor Secretário Executivo da CIMLT. Para além disso, não seria tão competente no âmbito das funções que se pretendiam ser desempenhadas neste gabinete. Portanto, segundo o senhor Presidente, a empresa teve consciência daquilo que estava a fazer, quer em termos de competência quer em termos dos valores que estavam previstos. A contratação mereceu o apoio de todos, quer da CIMLT, quer das Águas do Ribatejo. Não houve vozes dissonantes e, portanto, o senhor Presidente disse estar perfeitamente consciente que o caminho seguido foi o mais indicado.-----

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2009.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, referindo que se tratavam de dois documentos que foram influenciados pela criação das Águas do Ribatejo, visto que grande volume de actividade saiu para o âmbito daquela empresa a partir de Maio, que foi quando começou a funcionar. Disse também que a execução da despesa atingiu 80,71, o que queria dizer que era uma taxa de execução bem elucidativa da preocupação em levar a cabo tudo aquilo que estava previsto na despesa. Chamou também a atenção para uma iniciativa criada pela CIMLT, que era o início do estudo da Carta Social. Na sequência das Cartas Educativas, que já tinham sido feitas por determinação do Ministério e que serviram de base a muitas das candidaturas, nomeadamente os Centros Escolares de cada um dos Concelhos, a CIMLT entendeu fazer também um estudo da Carta Social da Região que poderá vir a prestar esclarecimentos e informações que venham a servir de fundamento porventura a negociações com o Governo, no sentido de melhorar este um aspecto da vida dos cidadãos da Lezíria. A Carta Social é uma iniciativa própria da CIMLT, que pretende estudar a seguir Carta Desportiva da Lezíria, que também tem

interesse. Voltando à Carta Social, o senhor Presidente disse ser para a CIMLT muito gratificante ela estar em estudo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, referindo que a bancada da CDU se tinha debruçado sobre o Relatório e a Prestação de Contas e em nome da bancada iria fazer alguns comentários. Primeiro, a estrutura da apresentação da prestação de contas era uma estrutura bem organizada, talvez a melhor de todas até hoje e parecia que era um caminho a continuar. Em relação aos resultados, a bancada julgava que os mesmos espelhavam a actividade da CIMLT. Portanto iriam votar favoravelmente.-----

--- Submetidos à votação os Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2009, foram **APROVADOS POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a Favor – 30 (PS, CDU, BE, GIGA e MICA);-----

--- Abstenções – 11 (PSD).-----

--- Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2009**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, explicando que a aplicação do resultado não era mais do que o cumprimento das normas contabilísticas e portanto era hábito apresentar esta proposta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, lembrando que antes tinha-se votado a prestação de contas, onde houve uma transferência de património para diminuir os resultados transitados, que eram negativos. Também neste caso parecia uma boa opção que os resultados deste exercício de 2009 também revertissem a favor de uma imagem mais positiva dos resultados transitados. Daí que a bancada concordava plenamente que os resultados do exercício fossem levados à conta dos resultados transitados, de modo a dar uma imagem mais favorável da situação líquida, neste caso passiva, das contas da CIMLT.--

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, subscrevendo tudo aquilo que o senhor Deputado Carlos Pernes acabava de dizer em relação à aplicação de resultados. Acrescentou a preocupação do caso da Município, SA, e da ênfase que o Revisor Oficial de Contas tinha feito em relação às contas desta empresa. Alertou para a evolução do resultado líquido desta empresa, que vinha de menos 100 mil em 1999, depois ia até um resultado positivo de 400 mil em 2006 e depois caía abruptamente para menos 500 mil em 2009. Assim, o senhor Deputado considerou deveras preocupante a situação desta Município, SA, e a aplicação do Decreto-Lei 53F de 2006, que dizia que são as participadas que depois têm que suportar na medida da sua quota-parte os prejuízos que vêm a ser acumulados por estas empresas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, referindo que em relação à questão da Município, SA, o Conselho Executivo da CIMLT também tinha feito a leitura da ênfase do ROC e já tinha deliberado vender a quota.-----

--- Submetida à votação a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2009, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a Favor – 30 (PS, CDU, BE, GIGA e MICA);-----

--- Abstenções – 11 (PSD).-----

--- Passou-se de seguida ao **Quarto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Alteração do Regulamento Interno da CIMLT**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, mencionando que esta alteração ao Regulamento surgia por duas razões distintas. Uma delas tinha a ver com o Laboratório de Ruído e a questão da certificação, que por imposição da Lei tinha que ser feito se a CIMLT quisesse continuar a exercer as actividades que vinha exercendo. Outra tinha a ver com a institucionalização da estrutura de apoio técnico, que já estando em exercício desde

o QCA anterior, agora pela gestão do QREN era exigido que passasse a sua aprovação pela Assembleia Intermunicipal, para além da aprovação no Conselho Executivo. No fundo, o cumprimento dessas duas formalidades é que tinha levado à proposta de alteração do Regulamento Interno.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, mencionando o artigo 11, que tinha a ver com a LABRUIDO, levantando aqui algumas reticências ao senhor Deputado, nomeadamente a questão da nomeação do responsável da qualidade do LABRUIDO. O Conselho Executivo deve nomear esse responsável sob proposta do Presidente do Conselho Executivo. Sem por em questão a capacidade do Presidente do Conselho Executivo, bem como do Conselho Executivo da CIMLT de fazerem a avaliação da pessoa a nomear, pareceu ao senhor Deputado que, devido à amplitude e importância das funções deste Laboratório, esta era uma matéria que deveria acontecer como acontece em outros órgãos, nomeadamente ao nível das autarquias. Ou seja, esta nomeação ser sujeita a uma avaliação curricular do técnico que viesse a ser proposto para este efeito. Adiantou ainda que esta avaliação parecia ser feita tal como se fez relativamente à questão da nomeação do Dr. António Torres para as Águas do Ribatejo. O senhor Deputado voltou a dizer que, independentemente de ser considerado competente, considerava que não tinha provavelmente tempo para estar absorvido a 100% nas actividades da CIMLT. Para além disso, não era critério só por si ter participado na criação das Águas do Ribatejo para ser designado para esse efeito. O senhor Deputado disse esperar que o senhor Secretário Executivo não tivesse tido intervenção na criação deste Laboratório, porque segundo esse critério também deveria ser nomeado se calhar como responsável técnico do mesmo. O senhor Deputado terminou a sua intervenção dizendo que ia abster-se porque entendia que o método de avaliação curricular do técnico responsável devia ser submetido a outro tipo de tramitação, nomeadamente um júri para fazer essa avaliação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Artur Fernando Salgado (PS)**, referindo que

no artigo 4, no seu nº1, quando se lia “desenvolvimento económico, social e cultural dos Conselhos” deveria ler-se “Concelhos”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, dizendo que fazer a comparação da nomeação de um medidor de ruído com a nomeação do Dr. António Torres para assessor das Águas do Ribatejo não tinha qualquer fundamento. No entanto, referiu que assumia por inteiro a responsabilidade da nomeação e tinha a certeza que tinha a solidariedade de todos os seus colegas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, insistindo na proposta do técnico que viesse a ser nomeado para estas funções ser avaliado em termos curriculares, como a competência técnica, formação necessária para o efeito e ser submetido a uma avaliação, não política, mas puramente técnica das capacidades do mesmo para ser nomeado. Ou seja, o grupo do PSD poria mais uma vez à discussão eventualmente um outro método de avaliação, porque da forma como estava fica entregue ao segredo dos deuses, unicamente dependente do critério do Presidente do Conselho Executivo e do Conselho Executivo. Assim, de acordo com o senhor Deputado, o PSD propunha uma avaliação mais abrangente, ou seja, eventualmente um júri em que estivessem outros elementos, eventualmente da Assembleia Intermunicipal, para fazer essa avaliação. Frisou que esta proposta estava em discussão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Sousa Gomes (PS)**, lembrando que a pessoa nomeada para o cargo é funcionária da CIMLT, exerce esse lugar já há vários anos, e não ia ganhar mais pela nomeação. A CIMLT estava apenas a dar-lhe mais competências, na medida em que o Laboratório foi certificado. Portanto, não alterava nada em relação àquilo que já vinha sendo feito, para além das competências que lhe eram exigidas. Portanto, assumia por inteiro a nomeação, bem como já o tinha feito o Conselho Executivo.-----

--- Colocada à votação a Proposta de Alteração do Regulamento Interno da CIMLT, a

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA
LEZÍRIA DO TEJO

mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a Favor – 31 (PS, CDU, BE, GIGA e MICA);-----

----- Abstenções – 11 (PSD).-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pela Presidente, Vice Presidente e Secretária da Mesa.-----

--- A PRESIDENTE_____

--- A VICE PRESIDENTE_____

--- A SECRETÁRIA_____